

Planalto desmente a criação de Ministério

O Palácio do Planalto procurou desmentir com uma certa cautela a informação divulgada ontem pelo **Jornal de Brasília**, segundo a qual o governo estaria cogitando de criar um Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O desmentido do Planalto foi transmitido pelo embaixador Rubem Rícupero, assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, apenas numa entrevista exclusiva concedida a um jornal do Rio de Janeiro.

A idéia de criação do Ministério dos Negócios Estrangeiros foi defendida no passado por um grupo de diplomatas ligados ao setor econômico do Itamarati. Falava-se, na ocasião, em Ministério do Comércio Exterior, tese defendida também por um grupo de exportadores, que reclamava excesso de autonomia desfrutada na época pelo então diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Benedito Moreira, para controlar importações e exportações.

Moreira encontrou, na época, o apoio do então ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, e o grupo do Itamarati e empresários defensores da proposta teve de se acomodar à hegemonia da Cacex. Para substituir o ministério, Rischbieter reativou o Conselho Nacional de Comércio Exterior, (Concex) onde Benedito Moreira continuava a desfrutar de total liberdade de manipulação das pautas da reunião, e até para cumprir, ou não, as recomendações do Conselho, gerando com isso, em seguida, um atrito com o

ministro da Fazenda. Benedito terminou sendo substituído no cargo depois de 14 anos frente à Cacex.

O Itamarati passou, entretanto, a encarar as questões econômicas e também financeiras com maior acuidade, de tal forma que em todas as negociações externas nessa área há sempre um ou dois especialistas do Itamarati, que em alguns casos chegam a chefiar a delegação estrangeira. Sérgio Correia da Costa, Roberto Campos, Jório Dauster, João Paulo do Rio Branco, José Botafogo Gonçalves, Paulo Nogueira Batista, são todos diplomatas de carreira que, em diversas ocasiões, chefiaram o Brasil em negociações econômicas e financeiras.

As negociações dos empréstimos brasileiros junto aos organismos internacionais oficiais foram realizadas, até três semanas atrás, por diplomatas ligados à Secretaria de Cooperação Econômico-Técnica Internacional (Subin) do Ministério do Planejamento, e que foi transferida para o Itamarati.

Se a oportunidade não for esta, no mínimo, o Itamarati deverá sair reforçado numa próxima reforma da estrutura administrativa do governo. Há quem acredite que o Ministério da Fazenda está excessivamente ocupado com questões externas, e isso tem dificultado as decisões sobre a política econômica interna, cuja administração não pode também caber à Secretaria de Planejamento, com atribuições específicas.